

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - (Em milhares de reais, exceto valor unitário por ação)

**Apresentação:** Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do semestre findo em 30 de junho de 2024, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

**Desempenho:** No semestre, a DTVM apresentou um lucro líquido de R\$ 67.229, correspondente a R\$ 1.344,58 por ação, sendo que no primeiro semestre de 2023 apresentou lucro líquido de R\$ 72.318. Em 30 de junho de 2024 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 17.169,64, um aumento de 18,61% em relação a 30 de junho de 2023.

**Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por cinco membros.  
São Paulo, 27 de agosto de 2024

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	Junho	Dezembro	Passivo	Nota	Junho	Dezembro
		2024	2023			2024	2023
<b>Circulante</b>		<b>1.742.814</b>	<b>2.230.605</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.507.170</b>	<b>1.446.213</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.737.820	1.666.809	Negociação e intermediação de valores	6	1.461.202	1.361.947
Disponibilidades		166	235	Obrigações fiscais correntes	8a	39.011	77.931
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.737.654	1.666.574	Outros passivos	7	6.957	6.335
<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>558.491</b>	<b>Não circulante</b>		<b>30.199</b>	<b>29.766</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	558.491	Obrigações fiscais diferidas	8b	5.923	5.698
<b>Outros ativos</b>	<b>7</b>	<b>4.994</b>	<b>5.305</b>	Outros passivos	7	221	515
<b>Não circulante</b>		<b>653.037</b>	<b>36.627</b>	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	9	24.055	23.553
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>653.004</b>	<b>36.592</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10</b>	<b>858.482</b>	<b>791.253</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>5</b>	<b>615.836</b>	<b>-</b>	Capital social		550.500	550.500
Aplicações em depósitos interfinanceiros		615.836	-	Reservas de capital		2.584	2.584
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	<b>8b</b>	<b>7.410</b>	<b>7.417</b>	Reservas de lucros		241.530	238.169
<b>Outros ativos</b>	<b>7</b>	<b>29.758</b>	<b>29.175</b>	Lucros acumulados		63.868	-
<b>Investimentos</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.395.851</b>	<b>2.267.232</b>
Outros investimentos		1	1				
<b>Imobilizado</b>		<b>32</b>	<b>34</b>				
Outras imobilizações de uso		763	738				
(-) Depreciações acumuladas		(731)	(704)				
<b>Total do ativo</b>		<b>2.395.851</b>	<b>2.267.232</b>				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)									
	Nota	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Subvenções para investimento	Legal	Estatutária			
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>325.000</b>	<b>25.500</b>	<b>2.584</b>	<b>42.257</b>	<b>256.117</b>	-	<b>651.458</b>	
Aumento de capital	10	225.500	(25.500)	-	-	(200.000)	-	-	-
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	72.318	72.318	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	72.318	72.318	-
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	10	-	-	-	3.616	-	(3.616)	-	-
<b>Em 30 de junho de 2023</b>		<b>550.500</b>	-	<b>2.584</b>	<b>45.873</b>	<b>56.117</b>	<b>68.702</b>	<b>723.776</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>550.500</b>	-	<b>2.584</b>	<b>49.247</b>	<b>188.922</b>	-	<b>791.253</b>	
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	67.229	67.229	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	67.229	67.229	-
Destinações									
Reserva legal	10	-	-	-	3.361	-	(3.361)	-	-
<b>Em 30 de junho de 2024</b>		<b>550.500</b>	-	<b>2.584</b>	<b>52.608</b>	<b>188.922</b>	<b>63.868</b>	<b>858.482</b>	

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foram aprovadas pela sua Diretoria em 27 de agosto de 2024.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818, do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e de outros normativos que são correlacionados, estão contidos no Plano de Implementação da Instituição com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 ou data posterior conforme regulamentação vigente. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site <https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>.

#### 3. Principais práticas contábeis

**a) Apuração do resultado** - É apurado pelo regime de competência.  
**b) Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.  
**c) Imobilizado** - Representado, principalmente, por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. Conforme Resolução nº 4.535 do CMN, a depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens.  
**d) Passivos circulante e não circulante** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas.  
**e) Passivos contingentes e obrigações legais** - A Instrução Normativa BCB nº 319 revogou a Carta-Circular nº 3.429, que requeria o provisionamento de todas as obrigações legais, independentemente da probabilidade de perda. Em janeiro de 2023, com a Instrução Normativa BCB nº 319, houve a convergência ao CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos Contingentes, regulado pelo Banco Central por meio da Resolução nº 3.823 do CMN. Os passivos contingentes e obrigações legais decorrem de processos judiciais, legais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, podendo ser ações de natureza tributária, trabalhistas, cíveis e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Os processos cujos riscos de perda jurídica sejam classificados como possíveis são divulgados em nota explicativa, porém, conforme norma vigente, não é requerido provisionamento. Os processos classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.  
**f) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15%. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2024: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários.  
**g) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.  
**h) Dividendos e juros sobre capital próprio** - Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.872, os juros sobre capital próprio e os dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que configurem obrigação presente na data do balanço e, registrados em conta específica no patrimônio líquido.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Disponibilidades	166	235
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada	1.737.654	1.666.574
<b>Total</b>	<b>1.737.820</b>	<b>1.666.809</b>

**5. Instrumentos financeiros:** São representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros com prazo original de vencimento superior a 1 ano em 2024 e vencimento entre 3 e 12 meses em 2023:

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Aplicações em depósitos interfinanceiros	615.836	558.491
<b>Total</b>	<b>615.836</b>	<b>558.491</b>

No primeiro semestre de 2024 foi apurado um resultado de remuneração no valor de R\$ 29.910 (junho de 2023 – R\$ 32.014).

**6. Negociação e intermediação de valores:** Referem-se a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 1.461.202 (dezembro de 2023 – R\$ 1.361.947), em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição.

**7. Outros ativos e outros passivos:** Outros ativos estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias, no valor de R\$ 29.758 (dezembro de 2023 – R\$ 29.175) e rendas e recebíveis no valor de R\$ 4.146 (dezembro de 2023 – R\$ 4.369). Outros passivos referem-se, principalmente, à provisão para pagamentos relacionados à despesa de pessoal no valor de R\$ 2.226 (dezembro de 2023 – R\$ 2.588), despesas administrativas no valor de R\$ 3.661 (dezembro de 2023 – R\$ 3.529) e valores a pagar a sociedades ligadas no valor de R\$ 1.193 (dezembro de 2023 – R\$ 604).

#### 8. Imposto de renda e contribuição social

**a) Obrigações fiscais correntes** - Referem-se, principalmente, a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 37.760 (dezembro de 2023 – R\$ 76.522).

**b) Ativos e obrigações fiscais diferidos** - A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Contingências	5.570	5.369
Provisão de honorários advocatícios	1.428	1.400
Provisão para participações nos lucros	282	573
Unidades de ações restritas - RSU	83	48
Outros	47	27
<b>Créditos tributários - ativo</b>	<b>7.410</b>	<b>7.417</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas - passivo</b>	<b>5.923</b>	<b>5.698</b>

Em 2024 foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 288 (junho de 2023 – R\$ 22) e realizado R\$ 295 (junho de 2023 – R\$ 1.140). Em 2024 foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 225 (junho de 2023 – R\$ 275).

A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 7.410 (dezembro de 2023 – R\$ 7.417) é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
4%	3%	3%	5%	5%	9%	9%	19%	19%	24%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução BCB nº 2 os créditos tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 3.397 (dezembro de 2023 – R\$ 3.785). A Distribuidora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 2024 e 2023.

**c) Resultado de imposto de renda e contribuição social** - O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Junho de 2024	Junho de 2023
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>112.038</b>	<b>120.071</b>
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(44.815)	(47.608)
Despesas indedutíveis líquidas e receitas não tributáveis	(2)	(44)
Outros	8	(101)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	6	(145)
<b>Total da despesa de IRPJ e CSLL no período</b>	<b>(44.809)</b>	<b>(47.753)</b>

**9. Passivos contingentes e obrigações legais:** A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (ii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, e as variações no período estão assim apresentadas:

#### I. Composição dos saldos patrimoniais

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
Fiscais e Previdenciárias	24.055	23.553
<b>Total</b>	<b>24.055</b>	<b>23.553</b>

#### II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Junho de 2024	Dezembro de 2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>23.553</b>	<b>27.055</b>
Despesas financeiras – juros	502	1.290
Reversões <sup>1</sup>	-	(4.792)
<b>Saldo final</b>	<b>24.055</b>	<b>23.553</b>

<sup>1</sup> Considera a reversão de obrigações legais cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis, conforme descrito na nota de práticas contábeis (Nota 3 (e)).

A Distribuidora também é parte em um processo administrativo de natureza tributária cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis por sua condução. Trata-se de auto de infração referente a Imposto de Renda sobre rendimentos e ganhos líquidos auferidos por investidores não residentes, no valor de R\$ 537.278 (dezembro de 2023 – R\$ 517.141). A Distribuidora foi autuada na condição de representante legal dos investidores e possui direito de reembolso em caso de potenciais perdas, conforme previsto em contrato de prestação de serviços de custódia.

**10. Patrimônio líquido:** O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer distribuição, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de dezembro de 2022 foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 25.500 para o aumento do capital da Instituição, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2023. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de junho de 2023 foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 200.000 mediante capitalização de parte da conta de "Reserva de Lucros – Estatutária" e sem emissão de novas ações. Conforme Resolução CMN nº 4.970, de 2021, aumentos de capital por incorporação de reservas de capital e de lucros realizados não dependem de autorização do Banco Central.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Janeiro-2024	Janeiro-2023	
		Junho/2024	Junho/2023	
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		<b>106.753</b>	<b>111.732</b>	
Resultado com instrumentos financeiros		106.753	111.732	
<b>Resultado bruto de intermediação financeira</b>		<b>106.753</b>	<b>111.732</b>	
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>5.285</b>	<b>8.339</b>	
Receitas de prestação de serviços	13a	27.684	27.502	
Despesas de pessoal		(6.002)	(6.107)	
Outras despesas administrativas	13b	(10.753)	(10.476)	
Despesas tributárias		(6.392)	(6.625)	
Reversão/ (Constituição) de provisões	13c	(502)	4.096	
Outros resultados operacionais		1.250	(57)	
<b>Resultado operacional</b>		<b>112.038</b>	<b>120.071</b>	
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>112.038</b>	<b>120.071</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>8</b>	<b>(44.809)</b>	<b>(47.753)</b>	
Provisão para imposto de renda		(27.855)	(28.941)	
Provisão para contribuição social		(16.722)	(17.419)	
Ativo / (passivo) fiscal diferido		(232)	(1.393)	
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>67.229</b>	<b>72.318</b>	
<b>Quantidade de ações</b>	<b>10</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	
<b>Lucro líquido por ação no final do período - R\$</b>		<b>1.344,58</b>	<b>1.446,36</b>	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)			
	Nota	Janeiro-2024	Janeiro-2023
		Junho/2024	Junho/2023
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>67.229</b>	<b>72.318</b>
Outros resultados abrangentes no período que podem ser reclassificados para o resultado		-	-
Outros resultados abrangentes no período que não podem ser reclassificados para o resultado		-	-
<b>Total do resultado abrangente no período</b>		<b>67.229</b>	<b>72.318</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)			
	Nota	Janeiro-2024	Janeiro-2023
		Junho/2024	Junho/2023
<b>Atividades operacionais</b>		<b>67.407</b>	<b>68.939</b>
Lucro líquido ajustado		67.229	72.318
Lucro líquido do período		178	(3.379)
Ajuste ao lucro líquido:		232	1.393
Ativo fiscal diferido	8b	(583)	(713)
Atualização de depósitos judiciais		502	(4.096)
Provisões / (Reversões) para contingências	9 e 13c	27	37
Depreciações		<b>3.629</b>	<b>(160.578)</b>
<b>Varição de ativos e passivos</b>		<b>(57.345)</b>	<b>(32.014)</b>
Aumento / Redução em outros ativos		311	(930)
Aumento/(Redução) em negociação e intermediação de			

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

**J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

##### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

##### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2024.



**pwc** PricewaterhouseCoopers  
Audidores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes  
Contador CRC 1SP222767/O-3